

Neoenergia
Itabapoana
Transmissão
de Energia S/A

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
1. A NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIAS.A.....	3
1.1. Estrutura Societária	3
2. DESEMPENHO OPERACIONAL	3
3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO	3
3.1. Linhas de transmissão em construção	3
4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS	4
5. RECEITA ANUAL PERMITIDA	4
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	4
6.1. Resultado Econômico Financeiro	4
7. ESTRUTURA DE CAPITAL	5
7.1. Perfil da Dívida	5
DISCLAIMER.....	5

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2020, a Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIAS.A.

A Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A (“Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no estado do Rio de Janeiro, pelo primeiro e segundo circuito da Linha de Campos 2 - Mutum, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 227km, com origem na Subestação Campos 2 e término na Subestação Mutum. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial. A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$ 69.100, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas							
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga	
LT 500kV Campos 2 – Mutum	2	500kV	227	-	22/03/2024	22/03/2049	

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos				
Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2019	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2019 (R\$ Mil)*	Evolução Física em 31/12/2020	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2020 (R\$ Mil)*
LT 500kV Campos 2 – Mutum	3%	17.036	10%	43.954

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP – receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$69.100.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Projeto Linhas de Transmissão - Características Financeiras					
Linha de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 500kV Campos 2 – Mutum	Neoenergia Itabapoana	69.100	69.100*	Julho	IPCA

* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico Financeiro

DRE (R\$ Mil)	2020	2019	Variação	
			R\$	%
(+) Receita Líquida	63.553	23.855	39.698	166%
Margem Bruta	63.553	23.855	39.698	166%
(-) Custos de construção	(43.113)	(17.877)	(25.236)	141%
(-) Outros custos	(405)	(85)	(320)	376%
(-) Outras despesas gerais e administrativas	3	(261)	264	-101%
= Despesa Operacional	(43.515)	(18.223)	(25.292)	139%
EBITDA	20.038	5.632	14.406	256%
(-) Depreciação	(5)	-	(5)	0%
(+) Resultado Financeiro	(16.184)	139	(16.323)	-11743%
(-) IR CS	(1.280)	(1.991)	711	-36%
Lucro Líquido	2.569	3.780	(1.211)	-32%

A Margem Bruta da Companhia no ano alcançou R\$ 63.553 mil, +166% vs. 2019, explicada pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior.

As Despesas Operacionais (PMSO) registraram uma redução de 101% no ano, quando comparado com 2019. Esta variação é principalmente pelo reflexo da redução de despesas com pessoal.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 20.038 mil, aumento de 256%, em relação ao ano de 2019.

O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 16.184 mil em 2020 (-11.743% vs. 2019) devido principalmente à encargos de financiamentos contratados no exercício de 2020.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2020 de R\$ 2.569 mil, uma redução de 32% em relação ao ano anterior.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2020, a dívida bruta da Companhia, incluindo debentures e encargos, foi de R\$ 304.689 mil (dívida líquida R\$ 52.840 mil).

Em dezembro de 2020, a Companhia contava com 100% da dívida bruta contabilizada no longo prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Itabapoana, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Itabapoana e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Itabapoana.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Itabapoana sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S/A

Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S/A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7



NEOENERGIA ITABAPOANA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020



SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	12
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	13
BALANÇO PATRIMONIAL	14
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	16
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
3. RECEITA LÍQUIDA	21
4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	22
5. RESULTADO FINANCEIRO.....	22
6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	23
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	24
8. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)	25
9. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS	26
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	26
11. OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER	27
12. OUTROS PASSIVOS	27
13. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	28
14. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR	28
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	30
17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	31

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita líquida	3	63.553	23.855
Custos dos serviços		(43.518)	(17.962)
Custos construção	4	(43.113)	(17.877)
Custos de operação	4	(405)	(85)
Lucro bruto		20.035	5.893
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	4	(2)	(261)
Lucro operacional		20.033	5.632
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	5	5.030	141
Despesas financeiras	5	(21.211)	(2)
Outros resultados financeiros, líquidos	5	(3)	-
		(16.184)	139
Lucro antes dos tributos		3.849	5.771
Tributos sobre o lucro		(1.280)	(1.991)
Diferido	6	(1.280)	(1.991)
Lucro líquido do exercício		2.569	3.780
Lucro básico e diluído por ação – R\$:		0,04	0,24

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	2.569	3.780
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>2.569</u>	<u>3.780</u>

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.569	3.780
Ajustado por:		
Tributos sobre o lucro	1.280	1.991
Resultado financeiro, líquido	16.184	(139)
Variações de ativos e passivos:		
Concessão serviço público (ativo contratual)	(72.463)	(23.014)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	411	2.532
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	487	219
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	8.134	45
Outros ativos e passivos, líquidos	(2.313)	811
Caixa líquidos proveniente das operações	(45.711)	(13.775)
Rendimento de aplicação financeira recebidos	5.275	148
Tributos sobre o lucro pagos	(645)	-
Caixa consumido nas atividades operacionais	(41.081)	(13.627)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(42)	(18)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(42)	(18)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	300.000	-
Pagamento dos custos de captação	(16.465)	-
Aumento de capital	7.445	15.636
Caixa oriundo das atividades de financiamento	290.980	15.636
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	249.857	1.991
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.992	1
Caixa e equivalentes no final do exercício	251.849	1.992

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	251.849	1.992
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.2	1.713	35
Outros ativos		658	313
Total do circulante		254.220	2.340
Não circulante			
Concessão do serviço público (ativo contratual)	8	96.318	23.855
Intangível		60	18
Total do não circulante		96.378	23.873
Total do ativo		350.598	26.213
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	9	2.946	2.532
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	14	706	219
Outros tributos a recolher	11	93	80
Outros passivos	12	242	1.845
Total do circulante		3.987	4.676
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	304.689	-
Outros tributos	11	8.909	-
Tributos sobre o lucro diferidos	6.3	3.271	1.991
Outros passivos	12	311	129
Total do não circulante		317.180	2.120
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Companhia	15	29.431	19.417
Total do patrimônio líquido		29.431	19.417
Total do passivo e do patrimônio líquido		350.598	26.213

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1	-	-	-	1
Capital integralizado	15.636	-	-	-	15.636
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.780	3.780
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	189	-	(189)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	3.591	(3.591)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	15.637	189	3.591	-	19.417
Aumento de capital	100.878	-	-	-	100.878
Capital a integralizar	(100.878)	-	-	-	(100.878)
Capital integralizado	7.445	-	-	-	7.445
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.569	2.569
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	128	-	(128)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	2.441	(2.441)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	23.082	317	6.032	-	29.431

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), com sede e foro na cidade do Campinas, Estado do São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no estado do Rio de Janeiro, pelo primeiro e segundo circuito da Linha de Campos 2 - Mutum, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 227km, com origem na Subestação Campos 2 e término na Subestação Mutum. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para março de 2024.

A Receita Anual Permitida (RAP) prevista é de R\$ 69.100, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos

1.1. Corona vírus (“Covid-19”)

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

b) Impactos nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. Seguimos monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis ao alcance da Companhia para evitar e/ou mitigar possíveis atrasos. Até o momento, não houve impactos relevantes no cronograma original de entrada em operação dos projetos em andamento.

c) Medidas para resiliência operacional e financeira

Diante do cenário, descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as medidas relevantes, que foram adotadas pela Companhia:

- (i) postergação do recolhimento de tributos relativo às competências de abril e maio 2020, tais como PIS (R\$9) e COFINS (R\$53), INSS (R\$83) e FGTS (R\$20), resultando em um alívio temporal no fluxo de caixa de R\$165. A Companhia liquidou integralmente os passivos tributários gerado por essas medidas durante o 2º semestre de 2020.

Além da medida acima indicada, a Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

d) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia adotou diversas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas, destacam-se as seguintes:

- (i) doação de aparelhos respiratórios e máscaras;
- (ii) de forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com utilização de tapetes sanitizantes e medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara, realização de testes em todos os colaboradores que retornem às atividades nos escritórios, adequação da infraestrutura dos edifícios, implementação de questionário (autodeclaração) eletrônico aos empregados, por meio do qual eles podem declarar se apresentam qualquer sintoma, priorização do afastamento do trabalho presencial dos empregados que integram grupo de risco, daqueles com sintomas ou infectados e daqueles que utilizam transporte público. Adicionalmente, foi estabelecido plano de ação e medidas para a retomada presencial das atividades, com mapeando de todos os setores e as respectivas condições de trabalho. Houve ainda divulgação intensa aos empregados sobre os sintomas e cuidados com a COVID-19.

1.2. Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.2.1. Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;

- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

1.2.2. Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação

1.2.3. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 10.2).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 10.2.b).

1.2.4. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2020.

<u>Ratings de longo prazo em escala nacional</u>	<u>Moody's</u>	<u>S&P</u>	<u>Fitch</u>
Banco do Brasil	Aa1	-	AA
BNP Paribas	-	AAA	-
Bradesco	Aa1	AAA	AA
Itaú	A1	AAA	AA

1.3. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Seguro garantia	22/03/2019 - 17/12/2024	37.678

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 30 de março de 2021.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.1.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

- 6.2 Tributos sobre o lucro diferidos
- 8 Concessão do serviço público (ativo contratual)
- 13 Provisão para processos judiciais
- 17.2 Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') são os seguintes:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

2.5.1. Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 3 / CPC 15: Combinação de Negócios.	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; FRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de <i>hedge</i> para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos.	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

2.5.2. Normativo emitido pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

3. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2020	2019
Remuneração do ativo contratual	5.059	1.388
Receita de construção	64.972	22.467
Total receita bruta	70.031	23.855
(-) Deduções da receita bruta	(6.478)	-
Total receita operacional líquida	63.553	23.855

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2020	2019
Impostos e contribuições		
PIS e Cofins diferidos	(6.478)	-
	(6.478)	-

3.1. Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem.

A receita de remuneração do ativo contratual é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 9 para mais informações).

Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47/IFRS15 e do CPC48/IFRS9 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

A Companhia não identificou a necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC 47/IFRS 15 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis:

- I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas.
- II. A atualização monetária do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,5%a.a. e 11,5%a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16%a.a. e 17%a.a., nominal e antes dos impostos.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020			
	Custo de construção	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(2.864)	(403)	95	(3.172)
Material	(5.161)	-	-	(5.161)
Serviços de terceiros	(28.187)	-	(91)	(28.278)
Depreciação e amortização	-	-	(5)	(5)
Outras receitas e despesas, líquidas	(6.901)	(2)	(1)	(6.904)
Total custos / despesas	(43.113)	(405)	(2)	(43.520)

	2019			
	Custo de construção	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(982)	(85)	(219)	(1.286)
Material	(6.804)	-	-	(6.804)
Serviços de terceiros	(6.443)	-	(39)	(6.482)
Outras receitas e despesas, líquidas	(3.648)	-	(3)	(3.651)
Total custos / despesas	(17.877)	(85)	(261)	(18.223)

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	5.275	148
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(245)	(7)
	5.030	141
Despesas financeiras		
Encargos de dívida	(21.154)	-
Outras despesas financeiras	(57)	(2)
	(21.211)	(2)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	(3)	-
	(3)	-
Resultado financeiro, líquido	(16.184)	139

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

6.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	3.849	5.771
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(1.309)	(1.962)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	29	(29)
Tributos sobre o lucro	<u>(1.280)</u>	<u>(1.991)</u>

6.2. Tributos correntes ativos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto de renda – IR	1.487	33
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	226	<u>2</u>
Tributo sobre o lucro a recuperar	<u>1.713</u>	<u>35</u>
Circulante	1.713	35

6.3. Tributos diferidos passivos

Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é calculada com base no lucro real em 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

Ativo	IR/CSLL	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão participação nos lucros e resultados	422	85
Prejuízo fiscal e base negativa	16.351	-
Outros	25	39
Total diferenças temporárias – ativo	<u>16.798</u>	<u>124</u>
Passivo (-)		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(26.418)	(5.978)
Total diferenças temporárias - passivo	<u>(26.418)</u>	<u>(5.978)</u>
Total diferenças temporárias - líquido	<u>(9.620)</u>	<u>(5.854)</u>
Alíquota de IR e CS	34%	34%
Tributos sobre o lucro diferidos, líquido	<u>(3.271)</u>	<u>(1.991)</u>

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial do exercício	(1.991)	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(1.280)	(1.991)
Saldo final do exercício	<u>(3.271)</u>	<u>(1.991)</u>

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2020, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	<u>2021</u>
Ativo fiscal diferido	<u>5.711</u>

6.4. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	43	58
Fundos de investimento	251.806	1.934
	<u>251.849</u>	<u>1.992</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2020 é de 99% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

8. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte movimentação em:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial do exercício	23.855	-
Remuneração do ativo contratual	5.059	1.388
Receita de construção	67.404	22.467
Saldo final do exercício	<u>96.318</u>	<u>23.855</u>
Não circulante	96.318	23.855

8.1. Política contábil

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

9. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Materiais e serviços	2.946	2.532
Total	<u>2.946</u>	<u>2.532</u>
Circulante	2.946	2.532

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

10.1. Caixa líquido de dívida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Mercado de capitais	304.689	-
Empréstimos e financiamentos (nota 10.2(a))	304.689	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(251.849)	(1.992)
Caixa líquido de dívida	<u>52.840</u>	<u>(1.992)</u>

10.2. Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Denominados em R\$		
Indexados a taxas flutuantes	320.490	-
(-) Custos de transação	(15.801)	-
	<u>304.689</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante	304.689	-

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	<u>Principal¹</u>	<u>Juros¹</u>	<u>Total</u>
2023	11.157	16.300	27.457
2024	11.832	15.949	27.781
2025	12.577	16.489	29.066
Entre 2026 e 2030	78.219	78.398	156.617
Entre 2031 e 2035	107.783	69.267	177.050
2036 em diante	307.373	73.189	380.562
	<u>528.941</u>	<u>269.592</u>	<u>798.533</u>

(1) O fluxo estimado de pagamentos de juros futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2020 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	<u>2020</u>
Saldo inicial do exercício	-
Efeito no fluxo caixa:	
Captações	300.000
Custo de captação	(15.801)
Efeito não caixa:	
Encargos incorridos	20.490
Saldo final do exercício	<u><u>304.689</u></u>

10.3. Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

11. OUTROS TRIBUTOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	17	1
PIS diferido sobre receita de construção ⁽¹⁾	1.587	-
COFINS diferido sobre receita de construção ⁽¹⁾	7.320	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	25	41
Outros	53	38
	<u>9.002</u>	<u>80</u>
Circulante	93	80
Não circulante	8.909	-

(1) Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, registrados pela competência contábil na aplicação do CPC 47 (IFRS 15), que serão amortizados até o término do contrato de concessão.

12. OUTROS PASSIVOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Compartilhamento de pessoal (nota 17)	109	-
Outros passivos	444	1.974
	<u>553</u>	<u>1.974</u>
Passivo circulante	242	1.845
Passivo não circulante	311	129

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

13. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

13.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	<u>2020</u>
Processos fiscais (i)	30
	<u>30</u>

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

(i) Processos fiscais: trata-se de processo para discussão sobre a legalidade de cobrança do DIFAL - Diferencial de Alíquota de ICMS pelos Estados (UF), nas operações interestaduais de aquisição de ativo imobilizado e bens de uso e consumo.

13.2. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

14. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários, férias e 13ª salário e encargos a pagar	706	219
	<u>706</u>	<u>219</u>
Passivo circulante	706	219

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 23.082 (R\$15.637 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$ 123.960 subscrito e R\$ 100.878 a integralizar, dividido em 123.960.265 (23.081.829 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações		R\$
	Qtde.	%	
Neoenergia S.A.	123.960	100,00%	23.082
Total	123.960	100,00%	23.082

15.2. Lucro por ação e remuneração ao acionista

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	2.569	3.780
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	66.777	15.637
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,04	0,24

b) Remuneração ao acionista

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2020	2020
Lucro líquido do exercício	2.569	3.780
Reserva legal	(128)	(189)
Lucro líquido ajustado	2.441	3.591
Destinação para reserva de lucros a realizar	(2.441)	(3.591)
Lucro líquido a distribuir	-	-

15.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

b) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

15.4. Política contábil

O capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de serviços administrativos.

Em 29 de julho de 2020 a Aneel aprovou, através de despacho, à celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo Neoenergia, com vigência a partir de 7 de agosto de 2020.

Como resultado do compartilhamento de recursos humanos, a Companhia reconheceu uma receita incremental de R\$374.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

a) Saldo em aberto com partes relacionadas

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2020	
Ativo		
Compartilhamento de pessoal		289
		289
Passivo		
Compartilhamento de pessoal		109
		109

b) Transações com partes relacionadas

	2020	
	Subsidiárias Neoenergia	Total
Resultado do exercício		
Outras receitas	374	374
	374	374

c) Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2020		2019	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	43	251.806	58	1.934
Outros ativos financeiros	289	-	-	-
	332	251.806	58	1.934
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	2.946	-	2.532	-
Empréstimos e financiamentos	304.689	-	-	-
Outros passivos financeiros	551	-	1.132	-
	308.186		3.664	

CA – Custo amortizado

VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

VJR – Valor justo por meio do resultado

17.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.7 – análise de sensibilidade.

17.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2020	2019
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	251.806	1.934
	251.806	1.934

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

17.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2020	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	304.689	371.884

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

17.5. Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

17.6. Métodos e técnicas de avaliação

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

17.7. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2020.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,90%	251.806	4.784	(1.196)	(2.392)
Passivos financeiros							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,31%	(320.490)	(13.813)	(3.453)	(6.907)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor

Juliano Pansanato de Souza
Diretor

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

Luciana Maximino Maia
CRC-RJ-091476/O-0